

## Medievalismo

**Criador:** Martins, Pedro

**Relação:**

Instituto de História  
Contemporânea, Faculdade de  
Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade NOVA de Lisboa /  
IN2PAST — Laboratório Associado  
para a Investigação e Inovação  
em Património, Artes,  
Sustentabilidade e Território

**Data de**

**Emissão:** 31-10-2024

**Etiquetas:**

comemorações, historiografia,  
Idade Média, património, usos do  
passado

**Citação:**

Martins, Pedro, "Medievalismo,"  
*Connecting Portuguese History*,



Figurantes representando o rei D. João I e as suas tropas no Cortejo Histórico de Lisboa, realizado aquando das comemorações do oitavo centenário da conquista de Lisboa, a 6 de julho de 1947. Fotografia de Horácio Novais. Biblioteca de Arte / Fundação Calouste Gulbenkian, CFT164.022771

### Resumo

Vista como uma idade de trevas, violência e superstição ou, alternativamente, de civilização e valores cavaleirescos e comunitários, o período histórico habitualmente designado como "Idade Média" exerce desde há muitos séculos um fascínio enorme, que se perpetua até hoje e se estendeu às mais diferentes geografias. A história dos medievalismos em Portugal está indelevelmente ligada a acontecimentos políticos, transformações socioeconómicas e correntes culturais que marcaram outros países ao longo da época contemporânea.

### Descrição

Vista como uma idade de trevas, violência e superstição ou, alternativamente, de civilização e valores cavaleirescos e comunitários, o período histórico habitualmente designado como "Idade Média" exerce desde há muitos séculos um fascínio enorme, que se perpetua até hoje e se estendeu às mais diferentes geografias. O termo "medievalismo" pode ser simultaneamente entendido como o estudo da "Idade Média" num contexto académico, ou como a representação ou uso de eventos, temas, conceitos, obras e figuras consideradas "medievais" em épocas posteriores à Idade Média. O conceito remonta à década de 1830 no contexto britânico, tendo sido popularizado em 1853 pelo escritor, filósofo e crítico de arte John Ruskin, que assim descreveu uma das três épocas da história da arquitetura europeia, em contraposição com o que chamou de "classicismo" e

“modernismo” (Workman 1986: 378). Esta entrada centra-se nos vários “medievalismos”, entendidos como os diferentes estudos, narrativas, representações e usos da Idade Média em Portugal, entre o início do século XIX e a década de 1940. Por Idade Média entender-se-á o período tradicionalmente considerado entre o século V d.C. e a primeira metade do século XV. O texto focar-se-á em três campos: a historiografia – ou seja, o que se escreveu sobre o período medieval; as representações e práticas patrimoniais – como o património material da Idade Média foi entendido, preservado e restaurado; e as comemorações – como figuras e eventos do passado medieval português foram comemorados no espaço público.

A história dos medievalismos em Portugal está indelévelmente ligada a acontecimentos políticos, transformações socioeconómicas e correntes culturais que marcaram outros países ao longo da época contemporânea. Um dos fenómenos que maior impacto teve no contexto português foram as Invasões Francesas de 1807-1811. À semelhança de outras partes da Europa, a destruição de várias obras de arte de origem medieval (e não só) no contexto das Guerras Napoleónicas suscitou um interesse específico pelas tradições consideradas nacionais, em particular as da Idade Média (Geary e Klaniczay 2013: 1-2). Por outro lado, a independência do Brasil, em 1822, levou as elites portuguesas a virarem-se para a história nacional, em busca de modelos políticos capazes de inspirar uma futura regeneração. A Idade Média era representada como a época fundadora e diferenciadora da história de Portugal, aquela na qual as supostas características da nação haviam adquirido o seu cariz original e puro, antes da sua alegada decadência. No entanto este fenómeno estava longe de ser único à realidade portuguesa. Na realidade, pela mesma altura, as elites doutras nações europeias, apesar dos seus diferentes processos históricos, partilhavam uma visão semelhante sobre o seu próprio passado medieval, demonstrando assim o cariz profundamente paradoxal dos medievalismos enquanto fenómeno transnacional.

À semelhança do que sucedeu em países como o Reino Unido, a década de 1840 constituiu em Portugal um marco significativo ao nível da produção literária, historiográfica e artística de inspiração medievalista (Matthews 2015: xi). Data deste período a publicação das primeiras obras literárias ambientadas na Idade Média por parte autores identificados com o Romantismo, como Alexandre Herculano e Almeida Garrett, parcialmente inspirados nos trabalhos de escritores como o escocês Walter Scott e o francês Victor Hugo. O próprio Herculano iniciou a escrita dos seus principais estudos historiográficos por esta altura, tendo como época de maior enfoque o período medieval. Influenciado por autores ligados ao liberalismo francês,

notavelmente os historiadores François Guizot e Augustin Thierry, Herculano imaginava a Idade Média como uma época de conquista de liberdades cívicas, em contraste com o despotismo que alegadamente caracterizaria as épocas antiga e moderna (Groebner 2008: 91-92; Martins 2020: 456-457). À semelhança de historiadores românticos seus contemporâneos, como o espanhol Modesto Lafuente, o autor português concebia a época medieval como um período com características políticas e sociais singulares, marcado pela ausência de feudalismo e pelo poder dos concelhos e das Cortes (López-Vela 2004: 221-224).

Este interesse por tudo o que respeita à Idade Média deixou profundas marcas na cultura portuguesa desde então. Na realidade, não foi apenas a historiografia sobre as instituições políticas e a sociedade no Portugal medieval que conheceu um importante avanço na década de 1840. Produzidos em grande medida como uma resposta nacionalista aos trabalhos de autores estrangeiros – como o geógrafo e naturalista alemão Alexander von Humboldt e o político e historiador francês Louis Estancelin –, foram publicados também neste período os principais estudos de historiadores como o Cardeal Saraiva e o Segundo Visconde de Santarém em torno da primazia portuguesa nos chamados “Descobrimentos”. Ao nível da produção artística e da intervenção patrimonial, os anos de 1840 são ainda marcados pelo início de dois grandes projetos de inspiração medievalista, sob o patrocínio do rei consorte D. Fernando II, príncipe da Casa de Saxe-Coburgo-Gota: o restauro do Mosteiro da Batalha, considerado o mais emblemático edifício gótico português; e a construção do Palácio da Pena, em Sintra, concebido pelo também alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege num estilo revivalista largamente influenciado pela arquitetura dos castelos renanos. Na realidade, a Alemanha foi, a par do Reino Unido e da França, um dos centros a partir dos quais o medievalismo romântico irradiou pela Europa oitocentista, tendo um grande impacto em contextos como o português.

Entre a segunda metade do século XIX e o início do XX, o interesse pelo passado medieval não parou de crescer no nosso país. É nesta altura que o adjetivo “medieval”, que já era amplamente empregue nos meios académicos britânicos desde pelo menos a década de 1830, passou a ser também utilizado por autores portugueses (Matthews 2015: 52). De facto, um conjunto de fatores socioeconómicos e políticos favorecia a manutenção do interesse pela Idade Média por parte das elites nacionais. À semelhança de que sucedia noutros países europeus, fenómenos como a urbanização e a industrialização geraram uma nostalgia romântica pelo passado pré-moderno. No caso especificamente português, as dificuldades em criar um “Terceiro

Império” em África face à competição de várias potências europeias – cuja face mais visível foi o célebre Ultimato Britânico, de 1890 – incentivavam visões decadentistas da história nacional, nas quais a Idade Média era frequentemente representada como um contraponto idealizado ao suposto declínio da nação desde o início da Época Moderna.

São vários os paralelismos entre a visão da Idade Média produzida por autores portugueses neste período e a historiografia estrangeira sobre a mesma época histórica. Em figuras como Teófilo Braga, nomeadamente na sua tese sobre o que ele designou como a “raça moçárabe”, é possível identificar uma forte influência da obra do escritor e diplomata Arthur de Gobineau, dos debates sobre as origens raciais do povo francês e da historiografia em torno da alegada origem anglo-saxónica das instituições democráticas britânicas (Emery e Morowitz 2003: 18; Alexander 2007: 131-132). Ecos de discursos de dualismo rácico com origens no período medieval, remetendo para contextos como a Grã-Bretanha, a França, a Espanha ou a Itália, podem também ser encontrados na obra de autores contemporâneos como Alberto Sampaio ou Basílio Teles (López-Vela 2004: 222). Já a famosa conferência de Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos tres seculos* (1871), uma das mais marcantes apologias do período medieval produzidas em Portugal no século XIX, deve muito aos ideais iberistas então em voga. Igualmente na obra de Oliveira Martins é possível identificar paralelismos com autores estrangeiros de inspiração medievalista. Por exemplo, o seu *Projecto de Lei de Fomento Rural* (1887) baseava-se numa conceção idílica da estrutura agrária de Portugal na Idade Média, com fortes semelhanças à que havia inspirado, na década anterior, as medidas legislativas do primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli (Chandler 1971: 182; Martins 2020: 458-463). Por outro lado, a descrição feita por Oliveira Martins das transformações políticas operadas pela crise de 1383-85 assemelhava-se às interpretações de vários historiadores espanhóis oitocentistas sobre o reinado dos Reis Católicos (López-Vela 2004, p.227) e revelava simultaneamente a influência do historiador suíço Jacob Burckhardt, cuja obra *Die Kultur der Renaissance in Italien* (1860) figurava na biblioteca pessoal de Martins em versão em língua inglesa. O autor português foi ainda um dos responsáveis pela difusão do mito em torno da figura do Infante D. Henrique, para o qual o geógrafo inglês Richard Henry Major, com a sua obra *The life of Prince Henry of Portugal, surnamed the Navigator* – publicada em 1868 e traduzida para português em 1876 –, também muito contribuiu. Na realidade, o infante quatrocentista tornar-se-ia uma das figuras mais marcantes do medievalismo português, muito graças ao quinto centenário do seu nascimento, celebrado no Porto em

1894, e que, tal como eventos idênticos realizados noutros países europeus pela mesma altura, profundamente contribuiu para a criação e consolidação de uma identidade nacional em torno de uma história comum.

No campo da historiografia da arte e das intervenções no património medieval, é também possível identificar fortes influências externas. O contraste entre a aparente nobreza e espiritualidade da arquitetura medieval e o carácter supostamente artificial e utilitário das construções modernas, salientado por autores ligados ao medievalismo inglês, como Augustus Welby Pugin, Ruskin e William Morris (Alexander 2007: 88-90), pode ser encontrado em obras como *O Culto da Arte em Portugal* (1896), de Ramalho Ortigão. De facto, a admiração de Ortigão pela arte medieval não o impedia de concordar com a ideia, partilhada por vários intelectuais e artistas franceses, ingleses e alemães oitocentistas, segundo a qual o estilo gótico era o que melhor encarnava o “génio” destas nações (Emery e Morowitz 2003: p.92; Alexander 2007: pp.78-81). A preferência do autor português ia assim para o estilo manuelino, considerado o verdadeiro “estilo nacional” e uma expressão local do gótico numa fase de expansão da arquitetura renascentista. No que toca às teorias de restauro, o pensamento do arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc, responsável por intervenções em edifícios icónicos como a Sainte-Chapelle e a Catedral de Notre-Dame em Paris, exerceu um grande impacto nos trabalhos levados a cabo em monumentos medievais portugueses, como a Sé Velha de Coimbra, a Sé da Guarda, ou o Castelo de Leiria. Neste último caso, o projeto de restauro, da autoria do arquiteto suíço Ernesto Korrodi, acabaria por não ser concretizado na sua totalidade. Já no caso da intervenção na Sé Velha de Coimbra, o responsável pelos trabalhos, o historiador de arte e arqueólogo António Augusto Gonçalves, procurou inspiração na arquitetura românica das catedrais de Ávila e Zamora para algumas das alterações introduzidas.

Durante a primeira metade do século XX, a historiografia portuguesa sobre a Idade Média intensificou as suas relações com trabalhos produzidos no estrangeiro. Na senda de autores espanhóis como José Amador de los Ríos, José Ortega y Gasset e Claudio Sánchez-Albornoz, António Sérgio procurou as causas do alegado declínio das nações ibéricas nas condições políticas e socioeconómicas que supostamente haviam condicionado a sua formação durante o período medieval (López-Vela 2004: 225). Já nas décadas de 1920 e 1930, Sérgio, juntamente com outros historiadores como Jaime Cortesão e Alberto da Veiga Simões, usou as teses do historiador belga Henri Pirenne para explicar não apenas o surgimento do reino de Portugal no século XII, mas também as transformações socioeconómicas geradas pela crise de 1383-85. Simultaneamente, certas ideias sobre a Idade Média nacional

continuavam a ser motivo de instrumentalização política. Na década de 1910, e à semelhança do que faria Sánchez-Albornoz durante a Segunda República Espanhola, o engenheiro, deputado e futuro Ministro da Agricultura Ezequiel de Campos fundamentava os seus projetos de reforma agrária na ideia de que o país possuía vastas e estagnadas regiões rurais, cujo modo de vida e produtividade permaneciam praticamente inalterados desde o período medieval. Pela mesma altura, e num campo político totalmente oposto, os integralistas portugueses, notavelmente António Sardinha, baseavam os seus modelos políticos numa visão da Idade Média inspirada por autores franceses, como Pierre Guillaume Frédéric Le Play, Fustel de Coulanges ou Charles Maurras (Martins 2020: 465-468). A influência do pensamento conservador e católico francês pode ainda ser encontrada num autor como o jornalista, escritor e historiador João Ameal. Figuras como François-René de La Tour du Pin, Jacques Maritain, Henri Massis ou ainda o russo Nikolai Berdiaev deixaram uma profunda marca nos discursos de Ameal em torno da ideia de uma Idade Média espiritual, ordeira e unida, face à desagregação, individualismo e materialismo alegadamente trazidos pela modernidade (Workman 1986: 280). Esta ideia serviria em grande medida de base ideológica legitimadora para a ditadura militar implantada em 1926 e sobretudo para o regime do Estado Novo, a partir de 1933.

Também no que toca ao património material, os medievalismos portugueses da primeira metade do século XX foram marcados por inúmeros influxos e paralelismos com outros países europeus. A título de exemplo, a atitude de uma boa parte das elites nacionais face à arte eclesiástica depois da promulgação da Lei de Separação do Estado das igrejas (de 1911) em muito se assemelhou à observada em França na sequência do diploma análogo de 1905 (Emery e Morowitz 2003: 6). Durante a Primeira República, figuras como os historiadores de arte José de Figueiredo e Manuel Aguiar Barreiros, o poeta Afonso Lopes Vieira ou o escritor Manuel Ribeiro buscaram inspiração nos escritos de Viollet-le-Duc, Ruskin e William Morris para descrever o alegado contraste entre a arte e o estilo de vida dos artistas medievais e os seus congéneres modernos. Motivado pelo restauro dos chamados “Painéis de São Vicente”, José de Figueiredo – juntamente com outros historiadores de arte, como José Pessanha – procurou legitimar a existência de uma escola de pintura primitiva portuguesa, semelhante à que existira em locais como a Flandres e a Itália. Pouco depois, o Estado português começou a desenvolver a ideia de promover turisticamente o seu património material medieval, um processo exemplificado pela publicação, por parte da Repartição de Turismo, do guia em língua inglesa *Castles of Portugal* (1925), da autoria do historiador, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e oficial da

marinha Vicente Almeida d’Eça. O interesse pela arquitetura militar da Idade Média, de resto partilhado por outros países como Espanha (Nuñez-Herrador e Villena Espinosa 2022: 193-194), foi consubstanciado pela ação da Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) a partir da década de 1930. Na realidade, os dirigentes e técnicos que trabalharam sob este organismo absorveram muitas das ideias oitocentistas em torno da arte e do restauro, que então continuavam a ter eco nos sectores políticos mais à direita em países como a Alemanha e a Itália. Estas ideias incluíam uma profunda admiração pela arte medieval no seu todo, o desprezo pela arte maneirista e barroca e o princípio da “unidade de estilo”, que fora aplicado em diversos edifícios europeus durante o século XIX (Ordieres Díez 1995: 118-119). Este princípio, fortemente seguido nas primeiras décadas de intervenções da DGEMN, seria alvo de contestação interna por figuras como Raul Lino, partidário dos princípios de conservação postulados por autores como Ruskin e William Morris.

No que respeita às comemorações do passado medieval, Portugal seguiu processos semelhantes aos registados noutros países europeus durante a primeira metade do século XX. Um dos casos mais paradigmáticos foi, em 1920, a criação pela Primeira República da “Festa de Nuno Álvares Pereira”, claramente inspirada na *Fête nationale de Jeanne d’Arc*, promulgada pela Terceira República Francesa uns meses antes. De facto, à semelhança do que sucedeu com a sua congénere francesa, a figura do condestável português tornou-se um elemento nacional agregador no contexto da Primeira Guerra Mundial (Emery e Morowitz 2003: 22-25). Já durante o Estado Novo, e da mesma forma que o regime fascista fez em Itália em relação a outras figuras da Idade Média (como Francesco Petrarca), o nobre português foi identificado com a mensagem de “ressurgimento nacional” que o novo regime pretendia transmitir (Martin 2005: 199-200). Um dos exemplos mais espetaculares da apropriação do passado medieval pela ditadura portuguesa, porém, foram as várias encenações históricas organizadas nas décadas de 1930 e 1940 e que, tal como em eventos análogos organizados em países como a Alemanha ou o Luxemburgo pela mesma altura, representavam esta época em tons fortemente triunfalistas (Schweizer 2007: 142-162; Groebner 2008: 108; Péporté 2011: 128-130 e 276). Nalgumas destas recriações, foram utilizadas cópias de armaduras depositadas em museus estrangeiros, o que mostra bem como os organizadores destes eventos se preocupavam mais com uma ideia estereotipada do “medieval” do que propriamente com uma noção de veracidade histórica. No contexto das comemorações do duplo centenário (em 1940), e mais tarde do oitavo centenário da conquista de Lisboa (em 1947), o carácter transnacional destes eventos estava plasmado na forma

como acontecimentos da Idade Média foram celebrados. No primeiro caso, a Batalha do Salado foi representada como um momento premonitório da aliança entre Salazar e Franco no contexto da Guerra Civil de Espanha e do chamado “Pacto Ibérico” de 1939. No segundo caso, os cruzados que participaram na conquista de Lisboa em 1147 foram apresentados como um sinal auspicioso das relações diplomáticas entre Portugal e outras nações europeias, como a Inglaterra, a Bélgica ou a Alemanha (Martins 2022).

Apesar do aparente declínio dos usos políticos do passado medieval no pós-Segunda Guerra Mundial, este continuou a ser objeto de estudos importantes e de instrumentalizações várias. No contexto português, à semelhança do que sucedeu noutros países europeus, a democratização não representou uma rutura completa com muitos dos pressupostos nacionalistas que influíam nas representações da Idade Média. A época medieval continua hoje a gerar interesse popular e a ser uma base significativa para discursos identitários e apropriações ideológicas várias.

## Referências

Alexander, Michael (2007). *Medievalism. The Middle Ages in Modern England*. New Haven e Londres: Yale University Press.

Chandler, Alice (1971). *A Dream of Order. The Medieval Ideal in Nineteenth-Century English Literature*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

Emery, Elizabeth, e Morowitz, Laura (2003). *Consuming the Past. The Medieval Revival in fin-de-siècle France*. Aldershot: Ashgate.

Geary, Patrick, e Klaniczay, Gábor (2013). “Introduction”. In Patrick Geary e Gábor Klaniczay (orgs.), *Manufacturing Middle Ages. Entangled History of Medievalism in Nineteenth-Century Europe*, pp.1-9. Leiden e Boston: Brill.

Groebner, Valentin (2008). *Das Mittelalter hört nicht auf: Über historisches Erzählen*. Munique: C. H. Beck.

López-Vela, Roberto (2004). ‘De Numancia a Zaragoza. La construcción del pasado nacional en las historias de España del ochocientos’. In Ricardo García Cárcel (org.), *La Construcción de las Historias de España*, pp.195-228. Madrid: Fundación Carolina/ Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos.

Martin, Benjamin George (2005). ‘Celebrating the Nation’s Poets. Petrarch, Leopardi, and the Appropriation of Cultural Symbols in Fascist Italy’. In Claudia Lazzaro e Roger J. Crum (orgs.), *Donatello among the Blackshirts*,

pp.187-202. Ithaca e Londres: Cornell University Press.

Martins, Pedro (2020). "History, Nation, and Modernity: The Idea of 'Decadência' in Portuguese Medievalist Discourses (1842-1940)". *Journal of the History of Ideas* 81, nº 3, pp. 451-471.

<https://doi.org/10.1353/jhi.2020.0026>.

Martins, Pedro (2022). "'Heroes and Martyrs'? National Memories and Foreign Crusaders in Portuguese Commemorations of the Eighth Centenary of the Conquest of Lisbon (1947)". In Mike Horswell (org.), *Nationalising the Crusades: Engaging the Crusades, Volume Eight*, pp. 21-44. Londres e Nova Iorque: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003241935-2>.

Matthews, David (2015). *Medievalism: A Critical History*. Cambridge: D. S. Brewer.

Núñez-Herrador, Esther Almarcha & Rafael Villena Espinosa (2022). "Una nación de castillos. Su restauración, imagen fotográfica y significado en el segundo franquismo". *Vínculos de Historia* 11, pp.189-212.

Ordieres Díez, Isabel (1995). *Historia de la Restauración Monumental en España (1835-1936)*. Madrid: Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales.

Péporté, Pit (2011). *Constructing the Middle Ages. Historiography, Collective Memory and Nation-Building in Luxembourg*. Leiden: Brill.

Schweizer, Stefan (2007). "*Unserer Weltanschauung sichtbaren Ausdruck geben*": nationalsozialistische Geschichtsbilder in historischen Festzügen zum "Tag der Deutschen Kunst". Göttingen: Wallstein Verlag.

Workman, Leslie J. (1986). "Medievalism". In Norris J. Lacy (org.), *The Arthurian Encyclopedia*, pp.378-381. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing.